

# Projeto permite que valor de bem penhorado seja revisto

Proposta, que foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, afeta contribuintes inadimplentes e transforma em lei entendimento do STJ que vem sendo ignorado por tribunais de instâncias inferiores

A LEI DE Execução Fiscal (Lei 6.830/1989) poderá ser alterada e assegurar a possibilidade de realização de uma nova avaliação de bens penhorados para a quitação de dívida de contribuintes inadimplentes. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o PLS 24/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que admite a revisão do valor desses bens, mesmo que a primeira avaliação tenha sido feita por um oficial de justiça. A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o PLS 24/2014, a nova avaliação poderá ser pedida pelo devedor ou pela Fazenda Pública. Ferraço disse que a proposta está alinhada com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apesar das reiteradas deci-

sões do STJ, destacou Ferraço, alguns tribunais continuam rejeitando o pedido de reavaliação dos bens penhorados. No entendimento dele, tal interpretação pode trazer prejuízos tanto para os executados quanto para a Fazenda Pública, já que o processo acaba chegando ao STJ enquanto o crédito permanece sem liquidação.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), recomendou a aprovação da proposta e apresentou emenda ao texto original. A mudança estabelece condições para o juiz determinar uma nova avaliação do bem, como o registro de erro ou dolo do avaliador, passível de ser questionado por qualquer uma das partes.



Fernando Bezerra Coelho, que leu para a comissão o relatório de Valadares



Campeonato de balonismo em Brasília: certificação hoje custa R\$ 891,3 mil

## Taxa para certificação de balões pode ficar mais baixa

A redução da taxa de certificação de balões para a prática de balonismo, de R\$ 891,3 mil para R\$ 31,4 mil, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autor do PLS 62/2014, Vicentinho Alves (PR-TO) argumentou que a taxa é tão elevada que nunca foi recolhida por nenhum interessado na atividade.

Após lembrar que o preço de um balão nacional é de R\$ 60 mil, o senador disse que a cobrança da taxa de R\$ 891,3

mil pode levar a indústria nacional à falência, "pois ela não se aplica aos balões estrangeiros". A impossibilidade de certificar os balões, segundo ele, prejudica o Brasil em inúmeras atividades esportivas.

Na CAE, o projeto recebeu relatório favorável de Roberto Requião (PMDB-PR) — lido na reunião de ontem por Raimundo Lira (PMDB-PB). Agora o projeto será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Avança redução da tributação de representantes comerciais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta que modifica o enquadramento dos representantes comerciais no Simples Nacional, de forma a incluir a atividade desses profissionais em uma tabela de tributação com alíquotas menores que

as praticadas atualmente. De autoria de Paulo Paim (PT-RS), o PLS 5/2015 — Complementar recebeu relatório favorável de Romero Jucá (PMDB-RR) e agora vai para o Plenário.

Os representantes comerciais alegam que, pelas regras atuais, se aderissem ao

Simples estariam sujeitos a uma tributação que varia de 16,9% a 22,4% — maior, portanto, que os cerca de 13% que recolhem pelo regime de tributação de lucro presumido.

A categoria se diz alijada dos benefícios do regime de tributação simplificado, que agrega

o recolhimento de PIS-Pasep, Cofins, ISS, CSLL e Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Paim considera justo o reenquadramento pleiteado pelos representantes comerciais e, por isso, apresentou o projeto que estende à categoria as mesmas regras de

tributação válidas para contadores, agentes de viagem, fisioterapeutas e corretores de seguros.

A proposta altera artigo do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006).

## Comissões debaterão tarifa de energia elétrica da Região Norte

As Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) farão audiência pública conjunta para debater a formação das tarifas de energia elétrica nos estados da Região Norte, em especial no Acre. Conforme Jorge Viana (PT-AC), apesar de serem produtores de energia, os estados da região pagam tarifas mais altas do que as cobradas no centro-sul.

— Os estados na Bacia Amazônica exportam energia e pagamos a maior tarifa. É

inexplicável, um absurdo. O centro-sul consome a energia gerada na Amazônia e quem paga conta adicional maior são os moradores da Amazônia — criticou o senador.

Viana é autor do requerimento propondo a participação da CMA no debate. O pedido foi aprovado ontem na comissão. O parlamentar sugere que sejam convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, e o presidente da Eletrobras Distribuição Acre, Joaquim Rolim

de Oliveira. O senador cobra dos dirigentes uma explicação para as altas tarifas e sugere a mudança de critérios para definição dos valores.

A comissão aprovou ainda requerimentos de Donizeti Nogueira (PT-TO) para duas audiências para discutir o PLS 248/2014, que define regras para preservação do Rio Araguaia.

— O projeto, da senadora Kátia Abreu [PMDB-TO], está sob a relatoria do senador Douglas Cintra [PTB-PE]. Combinei com ele que, antes

de votamos o projeto, faríamos as audiências para aprofundar o debate sobre o aproveitamento e a preservação do Rio Araguaia — explicou Donizeti.

Com o debate, argumenta ele, será possível avaliar se há risco de o aproveitamento do potencial hidroviário e de geração de energia do Araguaia provocar a degradação do rio. Na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PLS 248 é "muito duro" e, se aprovado, tornará o Araguaia "intocável".

Donizeti sugere que sejam convidados para as audiências,

entre outros, representantes dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Agricultura, além de dirigentes de agências reguladoras.

Foram aprovados ainda nove requerimentos de Otto Alencar (PSD-BA) com pedidos de informação a diversos órgãos sobre o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Conforme o senador, os dados solicitados ajudarão na avaliação da política de revitalização do São Francisco, uma prioridade da CMA neste ano.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)